

Margareth Rago fala sobre o feminismo, ditadura, mulheres na política e direitos

(Jornal da Unicamp, 31/03/2014) A professora Margareth Rago acaba de lançar um livro baseado em depoimentos de feministas históricas envolvidas na luta contra o regime militar e que contribuíram para abrir novos espaços para as mulheres na vida política, pública e cultural do país.

Mas ficou um tanto surpresa quando questionada sobre o “pós-feminismo”, com a repórter deixando subentender que aquele movimento teria se esgotado. “Eu entendo o feminismo como uma grande força transformadora, um movimento extremamente crítico do presente, tanto na academia em termos de produção do conhecimento, como no campo social forçando políticas públicas”, afirma a docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. “Acho importante ressaltar as ações positivas que o movimento continua promovendo no Brasil.”

De qualquer forma, para chegar aos dias de hoje Margareth Rago não se furta a refazer um histórico desde a década de 1960, época em que as brasileiras viviam sob o forte impacto do feminismo americano, da contracultura e da revolução sexual. “Obviamente, muitas mudanças estavam acontecendo, mas pela minha própria experiência na época de estudante da USP, ainda não se falava em feminismo no país, mesmo que tivéssemos atitudes feministas com críticas imensas às condições que a sociedade impunha contra as mulheres.”

A historiadora lembra que o feminismo viria a ser assumido como linguagem política e bandeira de luta a partir de 1975, período em que muitas militantes vitimadas pela violência do regime saíam das prisões, e decepcionadas com o machismo que experimentaram no interior das próprias organizações e partidos políticos. “Neste mesmo período retornavam as militantes exiladas que tiveram contato com o feminismo nos Estados Unidos e sobretudo na França, onde grande número delas se abrigou. São estas mulheres intelectualizadas que vão se aglutinar e encontrar jovens nas universidades que começavam a discutir e a assumir o feminismo.”

Segundo a professora do Departamento de História, inicialmente o movimento parte de mulheres brancas e de classe média, mas se expande e se fortalece com rapidez. “Em meados dos 70 surge uma imprensa feminista, com duas publicações: em 75 o Brasil Mulher e em 76 o Nós Mulheres, jornais escritos por mulheres para mulheres. E, como elas são de esquerda, o feminismo no Brasil se caracteriza por ter nascido no contexto de luta contra a ditadura, com forte viés marxista. A maior expansão do movimento acontece na década de 80, período da redemocratização, impulsionado mais por questões sociais como a pobreza e a falta de creches e de emprego para as mulheres da periferia, e menos por questões que seriam priorizadas posteriormente, como da violência e do direito ao aborto.”

História masculina

No livro **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade** (publicado pela Editora da Unicamp e destacado pelo [Jornal da Unicamp na edição 554](#)), Margareth Rago pretende preencher o vazio na literatura em relação a memórias

e testemunhos de mulheres atuantes em episódios da ditadura e da contracultura. “Um aspecto importante a observar é que a história da ditadura militar é uma história masculina: os livros trazem os homens como protagonistas e eventualmente tratam das mulheres, mas não enquanto mulheres. A escassez de autobiografias femininas se deve em parte à educação cristã, segundo a qual a mulher deve ser abnegada, dar lugar aos homens e pensar que sua vida não tem tanta importância. Uma cultura em que falar dela mesma soa a narcisismo, o que não é verdade, pois autobiografias nem sempre são autoelogios – podem ser denúncias, acertos de contas, há inúmeros motivos para escrever sobre a própria vida.”

Na opinião da docente da Unicamp, um livro que se destaca sobre a militância feminina na luta contra o regime e pela redemocratização foi escrito por uma cubana residente nos Estados Unidos, a professora Sonia Alvarez, ainda não traduzido para o português: *Engendering democracy in Brazil*, em que o “engendrando” do título remete também a gênero. “Sonia Alvarez chama a atenção para um segundo aspecto relevante: que mesmo antes de o feminismo surgir como movimento organizado no Brasil, existia um movimento de mulheres ligado à Igreja na luta contra a carestia e por melhorias como no transporte. Este movimento não feminista e o feminismo foram caminhando e crescendo em paralelo, até se juntarem no final dos 70, então incorporando bandeiras como as do corpo, do assédio sexual e da violência contra a mulher”.

Margareth Rago atenta que muitas feministas hoje na faixa dos 60 e 70 anos de idade continuaram empenhadas no acerto de contas com o passado ditatorial, a exemplo das personagens do seu livro: as ex-presas políticas Criméia Schmidt de Almeida e Maria Amélia de Almeida Teles; a filósofa e teóloga feminista Ivone Gebara; a líder do Movimento Autônomo das Prostitutas e fundadora da Daspu Gabriela Silva Leite, falecida recentemente; a socióloga feminista e professora da Unicamp Maria Lygia Quartim de Moraes; a antropóloga e historiadora Norma Telles; e a escritora e historiadora Tania Navarro Swain. “É uma luta que não acabou, uma página que vai demorar a ser virada.”

O pressuposto de que ter nascido em meio à luta contra a ditadura politizou e fortaleceu o movimento feminista brasileiro, com um discurso crítico e de esquerda, é endossado pela pesquisadora. “No entanto, é difícil compará-lo com o feminismo americano, que transformou profundamente aquela sociedade, na qual convivi por um ano. Não há um programa de televisão que não debata as questões das mulheres. A Universidade de Columbia oferece um serviço de aborto para as alunas, enquanto as nossas tomam Cytotec para provocar hemorragia e serem atendidas no hospital; contraditoriamente, lá existem grupos do tipo Ku Klux Klan atacando médicos que fazem abortos. Mas é uma sociedade de muitas conquistas.”

Fenômeno novo

A historiadora ressalta que a sociedade brasileira também se transformou nas últimas décadas e agora temos um fenômeno novo protagonizado por jovens que não se veem como herdeiras do movimento feminista. “Elas não possuem essa consciência histórica. São as filhas para as quais a independência pessoal ou a perda da virgindade não representam mais problemas. Apenas com o tempo vai caindo a ficha de que não estão em berço esplêndido do nada, o que as leva a buscar conhecer um pouco mais a história relativamente recente do país. O mesmo aconteceu conosco, que fomos descobrindo que as coisas do presente têm história graças a pessoas como Maria Lacerda de Moura, Emma Goldman e inúmeras outras. O feminismo permitiu também este encontro com o passado, a releitura da história e a transformação da memória coletiva.”

Contudo, Margareth Rago se diverte com as propostas bem humoradas das militantes de hoje, como a Marcha das Vadias - movimento internacional surgido no Canadá, em que o uso de trajes provocantes, como blusinhas transparentes e lingerie, serve para protestar contra a crença machista de que as mulheres é que provocam o estupro por causa do seu comportamento. “É realmente engraçado ver essas meninas bonitas de diferentes camadas sociais se chamando de vadias, assim como as integrantes da banda Pussy Riot [presas por entoar uma ‘oração punk’ contra o presidente Vladimir Putin dentro da principal catedral de Moscou]. É um protesto lúdico, com toda uma performance corporal, que eu considero muito positivo e que aplaudo.”

A história da vida privada

Diante da questão colocada pela repórter sobre o pós-feminismo, sugerindo que o movimento feminista perdeu sua força, a professora Margareth Rago afirma que acontece justamente o contrário. Argumenta que a TV Globo, por exemplo, nunca abordou com tanta frequência a questão da violência contra as mulheres, contribuindo para alimentar o debate junto à população. “A violência sempre aconteceu, mas não era assunto em que se tocasse, por pertencer ao domínio da vida privada. Penso que uma das maiores conquistas do feminismo foi ter rompido com a ideia de que apenas o que é público deve ser noticiado e historicizado; de que história é a história da vida pública, e não do privado.”

A historiadora acrescenta que este rompimento, que fez emergir questões como aborto, assédio sexual e violência de gênero para a esfera pública é um exemplo da força crítica e transformadora do movimento feminista. “Quando Dilma Rousseff foi eleita, o debate era se ela seria contra ou a favor do aborto; vinte anos antes, Luiza Erundina mal conseguia governar São Paulo, por ser mulher, de esquerda, solteira e nordestina. O que pretendo destacar é que, se o feminismo começa como um movimento pela derrubada do regime militar, em seguida a sua crítica vai muito além, contra o autoritarismo cotidiano, como a ditadura do corpo, entre muitas outras questões.”

É nesta direção que a docente do IFCH coloca o trabalho de uma feminista radical, Eleonora Menicucci de Oliveira, atual ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) da Presidência da República. “Ela possui um pouco o perfil de Dilma, ficou presa por três anos e foi submetida a torturas, aderindo depois ao feminismo. A sua secretaria tem promovido ações bem interessantes e acaba de convidar outra ‘feminista histórica’, Amelinha Telles, para produzir um diagnóstico junto a mulheres de populações ribeirinhas, no âmbito do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.”

Segundo Margareth Rago, como o acesso a estas populações só é possível por transporte fluvial, a SPM estabeleceu uma parceria com a Caixa Econômica Federal, que possui cinco embarcações para levar até elas a Bolsa Família e outros serviços bancários. “Amelinha Teles participou da equipe que durante 20 dias, a partir de 20 de janeiro último, visitou nove municípios da região do Marajó para o diagnóstico das mulheres em relação à violência de gênero, contatando prefeituras e sindicatos de trabalhadores rurais (geralmente presididos por mulheres). A equipe deu orientações sobre a lei Maria da Penha e incorporou membros do Tribunal de Justiça para dar celeridade a processos.”

A importância deste levantamento, conforme observa a professora, é que enquanto nas cidades já existem várias formas de luta, o campo e a floresta ainda são uma zona livre onde se faz o que quer contra as mulheres. “Em janeiro tivemos o caso do prefeito acusado de 70 estupros

[Adail Pinheiro, de Coari (AM)]. Estupros na família são constantes, por pais e padrastos. Nessas regiões muito pobres, a Bolsa Família é apropriada pelos homens que se casam por interesse com as mulheres, que por sua vez têm filhos para garantir o benefício - sendo delas 99% da titularidade, a bolsa poderia ser uma forma de empoderamento, o que não ocorre. E, quando procuradas pela equipe para discutir a violência doméstica, elas simplesmente fogem com medo de apanhar no dia seguinte, como relatou Amelinha Teles.”

Margareth Rago explica que este programa da SPM está articulado com a Marcha das Margaridas, que reúne 80 mil mulheres e reivindica do governo Dilma políticas públicas para as mulheres ribeirinhas focadas no trabalho, na terra, na educação e na violência de gênero. Também participa deste movimento a Via Campesina, organização internacional de camponesas. “Ainda para mostrar que tem muita coisa acontecendo no âmbito das lutas feministas, em agosto deste ano o Brasil vai participar de um grande encontro na Índia, o Women’s Worlds, que em 2017 será realizado na Universidade Federal de Santa Catarina. A UFSC tem uma reitora feminista, assim como a vice-reitora, e também promove um importante encontro bianual, o Fazendo Gênero, para cerca de 5 mil pessoas; no Women’s Worlds pretende-se chegar a 20 mil participantes.”

Acesse no site de origem: [Mulheres na linha de frente \(Jornal da Unicamp, 31/03/2014\)](#)